

## APRESENTAÇÃO

Este volume de Debates do NER está dedicado às conexões entre Religião e Políticas Públicas. Ao refletir sobre as interfaces entre estas duas dimensões da vida social, apresenta ao leitor alguns parâmetros para compreender novas configurações de que se revestem as práticas e os discursos sobre o lugar da religião no espaço público. No entanto, se o tema da relação entre religião e sociedade civil tem sido freqüente nas análises dos cientistas sociais que estudam religião no Brasil, menos atenção tem sido dada às questões relativas à regulamentação desta relação pelo Estado e sua expressão na forma de Políticas Públicas. De modo que, esperamos com este número de Debates do NER, acrescentar novas e pertinentes questões ao debate sobre religião e sociedade no país. Ao mesmo tempo, permitir que o leitor, atento aos noticiários, identifique e reflita criticamente sobre as constantes referências de episódios onde o pertencimento religioso e diretrizes de Política Pública se complementam ou entram em conflito.

O texto de Joanildo Burity, que abre esta coletânea, intitula-se "Cultura, Identidade e inclusão social: o lugar da religião para seus atores e interlocutores", e debruça-se sobre as demandas de grupos específicos sobre as políticas públicas, destacando as organizações religiosas no âmbito da sociedade civil. As reflexões têm caráter geral, pensando diferentes políticas públicas e diferentes atores religiosos, e destacam o conjunto de relações onde este debate precisa ser pensado, que envolve o tema da democracia em especial. O texto instrumenta o leitor a refletir sobre muitos e diferentes contextos onde religião e diretrizes de políticas públicas se cruzam.

O texto de Maria Emília Corrêa da Costa também traz uma reflexão de caráter geral, mas ambientada no campo do direito, abordando um conjunto de questões ligadas à liberdade religiosa como direito fundamental e a laicidade como separação entre o Estado e as confissões religiosas. A autora traz a necessidade de firmar um conceito tipológico de religião, para discutir sua extensão e aplicabilidade no campo jurídico.

Temos a seguir um conjunto de três textos que se dedicam a análise da problemática do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, tema de grande atualidade nas políticas públicas, e que é abordado em diferentes contextos e a partir de procedimentos de pesquisa diversos. Emerson Giumbelli apresenta um conjunto de notas de pesquisa, a partir de situações específicas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e fazendo referências à situação francesa e a um panorama nacional brasileiro de iniciativas no campo da definição do modelo de disciplina de Ensino Religioso nas escolas. Luiz Guilherme Braga dedica-se a reflexões a partir do acompanhamento de aulas de ensino religioso em escola da rede pública do estado do Rio de Janeiro, mostrando a invenção de novas relações entre religião e espaço público, fruto da ação pedagógica dos professores que se dedicam a esta disciplina. Por fim, César A. Ranquetat Júnior discute um modelo de Ensino Religioso presente nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, mostrando a persistência de práticas confessionais e proselitistas contrastantes com a proposta legal de uma disciplina de ensino religioso não-confessional e pluralista.

A partir de pesquisa etnográfica que envolveu observação participante do cotidiano de católicos de um bairro popular da Região Metropolitana do Recife, Luis Felipe Rios e colaboradores discutem as complexas relações entre a resposta nacional à epidemia de aids, com sua ênfase no uso do preservativo, e os valores da conjugalidade

e da fidelidade. Estes valores se afiguram como importantes demarcadores de como sacerdotes e leigos católicos lidam com a epidemia, em uma variedade de posicionamentos práticos e de interpretações conceptuais das assertivas do discurso moral religioso.

Na seqüência, o artigo de Marcelo Camurça e Tâmara Umbelino enfoca um específico movimento de afirmação social e de identidade cultural, produzido por jovens negros moradores dos bairros de periferia da cidade de Juiz de Fora – MG. O grupo, ligado a uma igreja pentecostal, desenvolve um culto marcado por uma estética de negritude proveniente do rap norte-americano moderno e urbano, e por um conteúdo de denúncia a situações de injustiça social e racismo.

Este volume de Debates do NER fecha com o artigo de José Rogério Lopes que analisa a difusão dos chamados “santos da crise”, sua diversidade de figurações que configuram as redes devocionais a esses santos, manipuladas na esfera pública. A análise evidencia a necessidade de relacionar as investigações sobre essas novas devoções com as estratégias contemporâneas de reprodução da vida popular, na forma de sistemas de expiação sobre a qual o sentimento de insegurança se projeta, em condições de degradação, para constituir novos suportes de realização pessoal e coletiva. Podemos dizer que este artigo encerra o presente volume convidando o leitor a pensar não exatamente a relação entre políticas públicas e religião, mas entre a ausência de políticas públicas (no caso, aquelas políticas públicas de previdência e seguridade social) e as manifestações religiosas.

Carlos Steil  
Fernando Seffner